



A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A OCUPAÇÃO DE TERRAS NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL

THE BRAZILIAN AGRICULTURAL ISSUE AND LAND OCCUPATION IN THE SOUTH-WESTERN AMAZON

REGINÂMIO BONIFÁCIO DE LIMA

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor de História no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre (UFAC). Membro da Academia Acreana de Letras (AAL).

RESUMO

O desenvolvimento agrário na Amazônia Sul-Occidental se deu por dinâmicas conflituosas em que sujeitos antagônicos se confrontavam, tais quais seringueiros versus seringalistas e proprietários fundiários versus posseiros. Neste trabalho pretendemos analisar as políticas de terras implementadas na Amazônia Sul-Occidental, bem como problematizar as consequências das mesmas para a colonização produzidas em terras acreana no século XX. O método analítico-descritivo tem como base o referencial teórico que estuda os processos constituintes do sentido e práticas discursivas produtoras de ordenamento, de Roger Chartier. Como resultado, percebemos que as dimensões socioespacial e territorial variam de acordo com o tempo e os espaços geográficos reproduzindo as lutas de classe e confrontações de interesses antagônicos na realidade do espaço produzido.

Palavras-chave: Estruturas fundiárias; Amazônia; colonização; luta pela terra.

ABSTRACT

Agrarian development in the South-Western Amazon took place through conflicting dynamics in which antagonistic subjects confronted each other, such as rubber tappers versus rubber tappers and landowners versus squatters. In this work we intend to analyze the land policies implemented in the South-Western Amazon, as well as problematize the consequences of the same for the colonization produced in Acre lands in the 20th century. The analytical-descriptive method is based on the theoretical framework that studies the constituent processes of meaning and discursive practices that produce order, by Roger Chartier. As a result, we realize that the socio-spatial and territorial dimensions vary according to time and geographic spaces, reproducing class struggles and confrontations of antagonistic interests in the reality of the space produced.

Keywords: Land structures; Amazon; colonization; fight for the land.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO; 1 AS ESTRUTURAS FUNDIÁRIAS BRASILEIRAS E A MERCANTILIZAÇÃO DAS TERRAS; 2 AS FASES DE COLONIZAÇÃO DAS TERRAS ACREANAS; CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS.

INTRODUÇÃO

As questões agrárias e de campesinato na Amazônia Sul-Occidental Acre estão intimamente relacionadas ao histórico de luta pelo direito de permanecer nas terras ocupadas desde a época dos seringais, pelo direito à posse e ao registro da terra e pelas lutas contra o domínio econômico opressor que se desenvolveu nessas terras onde o favorecimento do capital se dava apenas a uns poucos projetos, deixando a maioria da população relegada à própria sorte.

No início da década de 1970 foi iniciada a ocupação das terras acreanas adquiridas por fazendeiros que derrubaram grandes áreas de floresta para a criação de campos de pastagem a serem utilizados para alimentar o rebanho bovino. Antes de derrubar a floresta era necessário retirar os habitantes, embora a prática não seguisse necessariamente essa ordem. Em muitos casos tornou-se comum entre os fazendeiros, ao encontrar um dono de pequena propriedade que não a quisesse vender, que se derrubasse toda a floresta ao redor da pequena propriedade. Com esse ato, inviabilizava a permanência na localidade por afastar os animais silvestres comuns à caça e à pesca, desviar mananciais de água para fazer açude para seu rebanho, cercar a passagem dos moradores pelas terras das novas fazendas, retirar os meios de subsistência do pequeno produtor, dentre outras formas de pressão para aquisição das pequenas propriedades rurais.

A tese geopolítica propalada pelo regime militar de que de que havia um amplo espaço vazio na Amazônia, desconsiderava que a região estava ocupada por posseiros, pequenos sitiantes e inúmeros povos indígenas. Com a expansão para o oeste e a construção de rodovias os conflitos pela posse da terra se intensificaram. A Transamazônica foi o palco de inúmeros litígios. Construída com o propósito de aliviar a tensão social, e propagada como símbolo do Brasil, a rodovia estava no meio de conflitos envolvendo as grandes empresas e seus projetos agropecuários com migrantes pobres vindos do Sul e do Nordeste do Brasil. Por outro lado, essas mesmas empresas e migrantes, também se envolveram em conflitos com os povos indígenas.

A extração de produtos das florestas deu lugar à extração da própria floresta. Na segunda metade da década de 1970, a indústria extrativa da madeira passou a ter grande lucro pelo uso de uma nova ferramenta tecnológica, a motosserra¹. Já não se derrubava apenas para fazer pastagens

¹ Batista ao estudar a mecanização no corte de árvores na Amazônia nos anos de 1970, percebeu que o uso da Motosserra trouxe grande impacto para a atividade extrativa madeireira. A derrubada de árvores que antes demorava

para o gado, mas também, a madeira extraída dava lucro rápido e atuava em frente paralela e progressiva com a pecuária para fornecer riqueza a quem explorava as terras recém adquiridas.

Com a proibição da derrubada das castanheiras, as florestas eram derrubadas e as castanheiras permaneciam solitárias em pé. Isso fez com que o acesso ao fruto das castanheiras ficasse mais fácil e a produção aumentou na segunda metade dos anos 1970. Também houve uma expansão do rebanho bovino que passou de 72.455 cabeças, em 1970, para mais de 300.000, em 1980. A pecuária de corte e a leiteira se expandiram a ponto de surgir a indústria de laticínios e beneficiamento do leite².

Com a expansão da colonização dirigida para a Amazônia, às margens da rodovia Transamazônica, “várias tribos foram severamente atingidas por expedições punitivas, como se tratasse de simples caçada a animais selvagens”³.

Essa realidade agrária se desenvolveu nas múltiplas formas de relações sociais estabelecidas a partir do posicionamento de grupos sociais que se constituíram nos processos de mobilidade do trabalho, de socioespacialidades constituintes de diversas modificações antrópicas, dos processos estabelecidos pelo capital nas diversas frentes de desenvolvimento econômico e nas políticas públicas implementadas na região.

Com vistas a verificar os problemas que se apresentaram na dinâmica social vivida pelas populações da Amazônia Sul-Occidental que tiveram as terras em que moravam como objeto de cobiça e de políticas públicas que os excluía dos processos de territorialização, bem como as consequências das mesmas para a colonização produzidas em terras acreana no século XX, objetivamos analisar as políticas de terras implementadas na Amazônia Sul-Occidental. O método analítico-descritivo tem como base o referencial teórico de Roger Chartier, para quem a história é entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido; as atitudes pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo, às práticas discursivas produtoras de

horas ou, até, dias, passou a ser realizada em alguns minutos. Para a autora “o tempo médio para o corte de uma árvore foi de 14,85 minutos, sendo a limpeza para o corte o elemento que mais tempo consumiu. As interrupções ficaram apenas com 16,63% deste tempo e as mais frequentes foram as operacionais. A análise estatística mostrou que quanto maior for o diâmetro da árvore maior é o tempo de corte”. Cf.: BATISTA, Heloíse Leandro dos Passos. **Estudo de tempo e rendimento da motosserra considerando fatores ergonômicos numa exploração florestal na Amazônia Central**. 2008. 105p. Dissertação (mestrado) – INPA/UFAM, Manaus, 2008, p. 07.

² COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente da. “Comunicação Alternativa e Movimentos Sociais na Amazônia”. Rio Branco (Acre): Editora Ufac, 2002.

³ MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC**. São Paulo: HUCITEC, 1994, p.134.

ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; como formas diferenciadas de apropriação da cultura e interpretação da realidade⁴.

1 AS ESTRUTURAS FUNDIÁRIAS BRASILEIRAS E A MERCANTILIZAÇÃO DAS TERRAS

A questão agrária, historicamente, tem se constituído um dos principais empecilhos para o desenvolvimento do Brasil. As formas de absolutismo fundamentadas na grande propriedade de terras foram um entrave para as forças produtivas no Brasil colônia desde o século XVI.

O Brasil tem uma das mais injustas estruturas fundiárias do mundo. Esse problema se dá pela grande concentração de terras nas mãos de poucas pessoas. Desde o período de ocupação portuguesa no Brasil o problema de repartição de terras tem se demonstrado conturbado. Desde as sesmarias que foram o primeiro modo de acesso jurídico à terra que o latifúndio tem sido a regra no Brasil. Esse regime perdurou até 1822 quando foi proclamada a independência. Há um vácuo jurídico quanto ao acesso a posse de terras no Brasil nesses quase 30 anos entre a independência e a promulgação da Lei de Terras⁵, no ano de 1850. Por essa lei, a aquisição de terras no Brasil somente seria possível mediante compra. Essa lei produzida com o objetivo de dificultar o acesso a posse da terra aos nativos americanos, aos imigrantes que estavam chegando ao Brasil e aos negros recém libertos refletiu não apenas no período em questão, mas por todo o contexto histórico brasileiro desde então.

A busca pela terra surgida com a chegada dos colonizadores portugueses foi agravada em 1850, com sua transformação em propriedade privada, ou seja, em uma mercadoria utilizada como fonte de acumulação e geração de renda ao capital, que ao mesmo tempo expropria e explora, gerando concentração de renda e pauperização da população camponesa – criando sérios problemas socio-estruturais⁶.

Séculos de ocupação e concentração de terras nas mãos de uns poucos tem prejudicado a vida de uma expressiva parte da população. Esta é obrigada a se sujeitar às condições impostas pelo

⁴ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre prática e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

⁵ BRASIL. **Lei nº. 601**, de 18 de setembro de 1850 (Dispõe sobre as terras devolutas do Império). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em 22 abr. 2020.

⁶ MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991. P. 14.

desenvolvimento do capitalismo que têm grandemente influenciado na perpetuação dos latifúndios monocultores – muitos desses não produtivos⁷.

Vários são os entraves para a realização da reforma agrária brasileira, dentre eles, talvez o mais importante seja a falta de vontade política. Por décadas, as conjunturas socioeconômicas e políticas têm constituído concentração fundiária, degradação ambiental, conflitos no campo, modernização tardia, conservadora e desigual. Essas têm fortalecido as desigualdades sociais no espaço rural brasileiro e, deste, parte dos problemas também têm afetado as cidades. Oliveira afirma que “o papel da grande propriedade no país sempre foi servir de reserva patrimonial e de valor às elites”⁸.

Quanto a reforma agrária, podemos dizer que a primeira lei editada nesse sentido foi o Estatuto da Terra⁹, em que havia a previsão de indenização aos proprietários em caso de desapropriação e limitou-se a desenvolver um programa de colonização que foi dirigida principalmente para as terras dos Cerrados e da Amazônia.

A distribuição das terras sempre foi problemática no Brasil. No século XX se acirraram as lutas pela posse da terra. Reivindicações como direito dos trabalhadores ao trabalho, a educação, saúde, previdência, são demandadas por movimentos organizados em defesa da reforma agrária desde as ligas camponesas no Nordeste. Esse movimento inicialmente formado por assalariados das usinas de cana-de-açúcar, meeiros, moradores e pequenos arrendatários, se expandiu pelo Brasil a partir de 1945¹⁰.

A resposta do Estado foi reprimir essas ligas que ressurgiram apenas em 1954, nas zonas produtoras de cana-de-açúcar de Alagoas, Paraíba e Pernambuco. Com o fortalecimento da luta por direitos, em 1963, o governo João Goulart instituiu o Estatuto do Trabalhador Rural, dando aos trabalhadores rurais os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos – direitos esses que não se viu aplicar na prática por longos anos.

⁷ MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991. PERROT, Michelle. **O excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercados da natureza. Rio Branco: Edufac, 2013.

⁸ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Terra Livre. São Paulo: ano 19, v. 2, n. 21. jul/dez 2003, p. 153.

⁹ BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964 (dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências). Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm>. Acesso em 29 de setembro de 2020.

¹⁰ GARCIA JR., Afrânio. **O Sul - Caminho do roçado**. Brasília: Marco Zero-UnbCNPq-MCT, 1990.

A legislação sobre a reforma agrária que era o segundo grande tema das “reformas de base” do governo Goulart não pode ser construída pela tomada do poder por parte do Regime Civil-Militar de 1964. O governo militar tentou controlar as organizações camponesas como sindicatos, associações, ligas, desviando-os de suas funções essenciais de luta e colocando-os como administradores de programas sociais, sob o controle do Ministério do Trabalho.

Segundo Martins, o principal objetivo de uma reforma agrária distributiva seria o de minorar as relações trabalhistas referentes à concentração fundiária e ressocializar as populações deixadas à margem do desenvolvimento econômico e social¹¹.

Para José da Silva, “os resultados da reforma agrária brasileira mostram a importância do protagonismo da estrutura sindical e da organização social”¹². O autor destaca a importância da reforma agrária como instrumento de melhoria das condições de vida da população rural, para ele “a reforma agrária é uma das poucas políticas públicas que garantem casa, comida e trabalho”¹³.

A concentração fundiária no Brasil tem se intensificado por ser fruto de um processo histórico de concentração de terras nas mãos dos mais ricos.

[...] as reformas para o campo brasileiro nunca foram estabelecidas para resolver os problemas agrários, pois estas sempre foram tratadas como políticas sociais compensatórias. Nos últimos anos consolidou-se como uma política de distribuição, que negligencia os objetivos do desenvolvimento regional, buscando minimizar os conflitos fundiários e procurando atender as constantes reivindicações dos trabalhadores rurais sem-terra¹⁴.

O desenvolvimento agrícola brasileiro tem se fundamentado no modelo exportador. Esse modelo proporciona uma forma de ocupação da terra com necessidade de grandes áreas para plantio e produção pecuária. As políticas de fomento à produção com facilitação de crédito para terras de grande e baixo crédito para as pequenas propriedades foi responsável por parte do êxodo rural que ocorreu nas últimas quatro décadas, ocasionando o inchamento das cidades.

¹¹ MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003, p. 33.

¹² SILVA, José Graziano da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 06.

¹³ SILVA, José Graziano da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 07.

¹⁴ DUARTE, Alex S; COSTA, Bartolomeu, L; SUSSUARANA, Maria Francisca O. Uma abordagem preliminar sobre a questão agrária e o desenvolvimento sustentável no estado do Acre. In: **Uaquiri: a geografia e a Amazônia em questão**. Rio Branco: Revista da Geografia - Ufac, nº 7 e 8, ano 4 e 5, jul/dez de 2006: jan/jun de 2007, p. 185.

De acordo com Costa, o governo brasileiro, com o objetivo de “ocupar as terras” amazônicas e incorporá-las economicamente ao restante do país, promoveu políticas como a criação do Banco de Crédito da Borracha, em 1950; esse banco foi posteriormente transformado em Banco de Crédito da Amazônia, em 1952; a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953; Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966; em 1968 foi realizada a regulamentação da Sudam e do Banco de Crédito da Amazônia, que passou a se chamar Banco da Amazônia S/A (Basa). A ênfase dessas ações se deu na necessidade de integração da região com o restante do país, além de alcançar o duplo objetivo de “preservar as fronteiras internacionais” e “incorporar a economia amazônica ao Brasil”¹⁵.

As medidas específicas para a ação do Governo Federal para a Amazônia perpassaram por uma série de ações estratégicas de desenvolvimento regional. Desde de 1966, o desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia foi aprofundado e explicitado no contexto de “modelo econômico” adotado pela Ditadura. Assim, o Estado induziu ações de grandes transformações regionais, em vários eixos de atuação, seja por formulação de programas e projetos de estímulo de sua ocupação, pela implantação de formas modernas de produção, pela abertura de extensos eixos rodoviários que proporcionou a ligação das cidades com o restante do país, pela modernização da navegação fluvial, pela implementação de um sistema de comunicação continuado e acessível, pela redistribuição fundiária para transferir as terras devolutas dos Estados para a União, pela colonização oficial às margens das recém-abertas rodovias, pela implementação de um plano de energia elétrica que atendesse às cidades amazônicas propiciando a possibilidade de novas formas de desenvolvimento e/ou pelos fluxos migratórios dirigidos para a região com o intuito de “povoar” a região.

Com a terra ganhando ares de mercadoria e a concessão de incentivos fiscais para os empresários investirem nas terras acreanas houve uma mudança na estrutura fundiária acreana. Quanto a essas medidas e políticas públicas voltadas à Amazônia Elder Paula escreve:

[...] preconizou uma política de concessão de incentivos fiscais aos empresários [...] [onde] os investimentos orientaram-se de preferência para a agropecuária, de modo que um grande número de empresários e de empresas, especialmente do Sudeste, sem tradição no ramo, tornaram-se proprietários de terras e empresários

¹⁵ COSTA, Bartolomeu Lima da. **Territorialidade camponesa: estratégias de reprodução e organização socioespacial**. Rio Branco: Edufac, 2019, p. 62-63.

rurais. Em princípio, a aquisição de terras pelos grandes capitalistas do Sudeste animou o mercado imobiliário, convertendo, por isso mesmo, os proprietários de terras em proprietários de dinheiro e forçando-os, por sua vez, a agirem como capitalistas¹⁶.

As populações da Amazônia acreana que antes viviam principalmente às margens dos rios, foram levadas a viver na “terra firme”. Clareiras foram abertas na floresta amazônica influxando uma circulação que se urbanizou iniciou o processo de industrialização ao mesmo tempo em que potencializava os problemas sociais e ambientais. Quanto aos impactos dessa expansão, Silvio Silva escreve que:

No âmbito do ambiente rural, os impactos nas florestas, nos cursos d'água, no regime pluvial e no modo de vida do trabalhador têm sido deveras sentido. Sob o impacto do desmatamento, florestas foram destruídas com seus recursos madeiros parcialmente aproveitados. Muitos seringais de onde antes a população seringueira produzia também sua sobrevivência, com trabalhos extrativos, deram lugar a áreas agricultáveis e de formação de pastagens.

No período de estiagem, o regime dos rios foi alterado e cursos d'água menores, sazonalmente, podem secar. Consequentemente há uma alteração no nível hidrostático com o aprofundamento do lençol freático, a escassez de água potável também pode ser sentida pelos construídos para a captação nos períodos chuvosos. Esta variabilidade é sazonal na Amazônia, porém, com o desmatamento deixando o solo desprovido de cobertura, sujeito a maior compactação natural ou pelo pisoteio do gado, ocorre uma ampliação dos efeitos de degradação ambiental atuando sob a composição pedológica e geomorfológica do lugar.

O ambiente do trabalhador tradicional foi deveras alterado, pois com a mudança na base produtiva, a vida na floresta foi inviabilizada. Esse impacto socioambiental teve como origem o domínio fundiário estabelecido, com a implantação de colonização e áreas de fazendas, em que se reforçavam os espaços de reprodução da propriedade fundiária privada. Isto significava uma mudança radical na territorialização do domínio e uso da terra dos antigos seringais, nos quais após a falência da empresa capitalista, o trabalhador extrativista fixou meios de vida próprios sob bases de sua unidade de produção na floresta a colocação. A população seringueira reduzia-se na zona rural, migrando para as cidades sede dos municípios [...] ¹⁷.

A dinâmica econômica e demográfica foi modificada pela intensificação e expansão da agropecuária tendo a Amazônia acreana como partícipe ativa no processo de transformação territorial do Brasil. Com a expansão agropecuária a partir dos anos 1970 uma série de problemas socioambientais sem precedentes ocorreu modificando abrupta e brutalmente a realidade acreana.

¹⁶ PAULA, E. A.; SILVA, M. C. R. Poder local e ambientalismo na terra de Chico Mendes. In: **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belo Horizonte (MG), 2005, p. 67.

¹⁷ SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX**. Presidente Prudente: Revista NERA, Ano 7, n. 4, janeiro/julho de 2004, p. 23-24.

2 AS FASES DE COLONIZAÇÃO DAS TERRAS ACREANAS

As questões referentes à colonização acreana podem ser divididas em três aspectos distintos:

1) a “fase de povoamento”, no início do século XX, em que iniciativas pioneiras de colonização simples de pessoas que fugindo da seca e de outras opressões se deslocaram para a Amazônia acreana para atuarem como extratores em busca de produtos da floresta e de melhores condições de vida para si e suas famílias; 2) a “fase de colonização planejada empiricamente”, concomitante à Segunda Guerra Mundial, em 1942, onde, ao mesmo tempo que levas de migrantes eram encaminhadas para a reativação dos seringais acreanos, o governo de Oscar Passos implantava várias colônias agrícolas para produção interna de víveres com o objetivo de fixação do homem ao solo através de um plano sistemático de colonização; 3) a “fase de “colonização dirigida”, nos primeiros anos da década de 1970, em que a política de integração amazônica e os projetos de assentamento fomentados pelo Governo Federal nas terras do norte propiciavam o deslocamento de migrantes do Centro-Sul do país para colonizar as terras acreanas.

2.1 Fase de povoamento

Com a “fase de povoamento”, grande parte dos trabalhadores que vieram para a Amazônia Sul-Occidental na primeira fase de colonização, se deslocaram nos chamados “surto da borracha” para as terras que se tornariam acreanas, desenvolviam tradicionalmente atividades agrícolas em seus locais de origem. A maioria desses homens e mulheres vieram do Nordeste brasileiro para trabalhar nos seringais amazônicos com a promessa de enriquecimento e de melhores condições de vida. Por causa dos longos períodos de estiagem na região amazônica sul-occidental, não foi possível a implementação da agricultura. Aliado a isso, os seringalistas reprimiam as tentativas de campesinato nas novas terras, já que a eles interessava a penas a produção de borracha. Foram poucas as famílias de seringueiros que, mesmo contra a vontade dos patrões, conseguiram desenvolver a agricultura de subsistência.

Nesses locais, a divisão do trabalho se dava quase sempre com os homens e os filhos maiores se ocupando da coleta do látex e, mais tarde, da coleta de castanha, enquanto as mulheres e as crianças menores se ocupavam do plantio de pequenos roçados, pesca e coleta de frutos para a

família. Essa tentativa de desassociar do barracão, ainda que parcialmente, o consumo de víveres é exposta por Souza ao afirmar que “durante toda a formação dos seringais amazônicos, os seringueiros sempre desenvolveram atividades agrícolas para seu consumo familiar, na tentativa de escaparem de sempre efetuarem suas compras nos barracões dos patrões”¹⁸.

Se no início do século XX a colonização acreana se deu por migrantes nordestinos em atividade não dirigida que buscavam coletar látex, a partir de então, levadas migratórias de outras localidades também se fizeram protagonistas na colonização acreana.

O espaço de produção agrícola foi efetivamente criado no Acre quando os seringalistas, gradativamente, começaram a liberar alguns seringueiros para que pudesse desenvolver agricultura para a subsistência familiar e para o abastecimento do seringal. Além das produções de roças e coletas de frutos produzidos pelos nativos americanos nas terras acreanas, no contexto histórico da disputa das terras acreanas no início do século XX, o espaço agrário passou a ser produzido como meio de manter os víveres na região e, além da guerra, os trabalhadores não precisarem se preocupar com o desabastecimento de mantimentos alimentícios.

[...] durante os conflitos contra a Bolívia, como efeitos dos recrutamentos de trabalhadores para a batalha, já nos últimos anos do século XIX, foi dado o direito a alguns seringueiros de romper com a exclusividade na produção da borracha. [...] com isso em meio ao ambiente da guerra, criava-se necessidade de acomodar famílias e seringueiros em áreas mais próximas aos rios e vilarejos o que, gradativamente, tornava-se uma forma de pressão às lideranças “revolucionárias”. [...] Diante do problema criado e da necessidade por alimentos para parte da população, passou-se a isentar do serviço nas forças revolucionárias, todo o seringueiro que quisesse dedicar-se a lavoura. Esta medida do comando da revolução tinha um sentido estratégico, pois viria afastar a possibilidade de terem que lutar também contra a fome em plena batalha¹⁹.

A economia extrativa que pairou por décadas no Estado do Acre proporcionou a noção de que a terra em si não possuía valor, mas o que se extraía dela é que valeria. Com o processo de territorialização do capital a economia extrativa amazônica mudou.

2.2 Fase de colonização planejada empiricamente

¹⁸ SILVA, Silvio Simione da. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana**. Presidente Prudente. Tese (doutorado em Geografia) FCT/Unesp. 2005. 494p. p. 39.

¹⁹ SILVA, Silvio Simione da. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana**. Presidente Prudente. Tese (doutorado em Geografia) FCT/Unesp. 2005. 494p. p. 140.

A “fase de colonização planejada empiricamente” ou segunda fase de colonização foi modestamente iniciada a partir de 1908²⁰, contudo, somente foi posta em prática efetivamente em 1942, com a implementação das chamadas “Colônias agrícolas” teve a prática bem diferente da teoria planejada. Na teoria, o plano do agrônomo Pimentel Gomes instalaria ao menos uma colônia em cada município, mas não foi isso o que ocorreu. Guerra afirma que a obra sistematizada teve sua prática apenas nos arredores de Rio Branco e, “alguns ensaios desorganizados” em outros municípios²¹.

As terras do seringal Empresa foram adquiridas em 1941 com a intenção de serem divididas em vários núcleos. Nos primeiros anos da década de 1940, o governador Oscar Passos realizou efetivamente um plano para colonizar a região nos arredores da cidade de Rio Branco. Os núcleos coloniais produzidos no seringal Empresa eram de dois tipos: com lotes de 25 hectares e lotes de 12,5 hectares²².

Quadro 01: Colônias agrícolas implantadas em Rio Branco (1908-1950)

Nome	Nº de lotes	Ano de implantação
Colônia Gabino Besouro	160	1908
Colônia Deocleciano de Sousa	85	1912
Colônia Cunha Vasconcelos	33	1913
Seringal Empresa	86	1943
São Francisco	84	1943
Apolônio Sales	56	1943
Cecília Parente	32	1946
Souza Ramos	34	---
Juarez Távora	79	1949
Dias Martins	76	1949

²⁰ As primeiras colônias foram fundadas logo depois da criação do território, pois, em 1908 foi fundada a colônia Gabino Besouro, em 1912 Deocleciano de Sousa e em 1913, Cunha Vasconcelos. Essas três colônias municipais não receberam nenhuma orientação técnica e para aí apenas foram encaminhados lavradores que recebem pomposamente o título de “colonos”. Ver: GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Acre**. Brasília: Senado Federal, 2004 [1955], P. 175.

²¹ GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Acre**. Brasília: Senado Federal, 2004 [1955], P. 172.

²² GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Acre**. Brasília: Senado Federal, 2004 [1955].

Alberto Torres	68	1949
Daniel de Carvalho	---	1950
Cruz Milagrosa	95	1950
Gov. José Guimard Santos	68	1950
Mâncio Lima	49	1950

Fonte: Guerra [1955], 2004.

Os núcleos coloniais em sua maioria não detinham plantas que pudessem servir de aporte para a assistência técnica a ser ofertada aos “caboclos na sua quase totalidade nordestinos”. Em um relatório de 1952, encaminhado pelo diretor do departamento de produção do território do Acre ao governador João Kubitschek de Figueiredo, quanto à produção dos núcleos coloniais afirma:

Por falta de serviço de estatística organizado, não nos é possível apresentar a V. Ex a um quadro real da capacidade produtiva ou um balanço econômico perfeito das colônias agrícolas em todos os municípios do território. Temos mantido apenas, com muito esforço do administrador do núcleo colonial seringal Empresa, o levantamento censitário das culturas anuais realizadas nas colônias de referido núcleo²³.

A situação precária da colonização bem como das atividades agropastoris que não atendiam ao requisito de ocupação efetiva das terras dos municípios, antes, criava nichos de pequena produção para produto interno é criticada por Guerra que escreve:

A quase totalidade das colônias não possui organização e nem ao menos divisão dos lotes. O que existe na realidade é o ajuntamento de uns poucos lavradores em uma área, que algumas vezes está quase na zona urbana da cidade, vivendo sem nenhuma orientação, nem assistência. Chamam comumente estes lavradores, que mal produzem para a própria subsistência, de “colonos” e o pequeno agrupamento de “colônia”. Como se deduz dessa nossa afirmativa, qualquer ajuntamento de lavradores forma assim uma colônia. A esta conclusão chegamos após ter percorrido quase todo o território, ou melhor, nos locais onde estão as colônias instaladas, e observado a ineficiência das chamadas Inspetorias Agrícolas, tal como estão aparelhadas²⁴.

²³ GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Acre**. Brasília: Senado Federal, 2004 [1955], P. 184.

²⁴ GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Acre**. Brasília: Senado Federal, 2004 [1955], P. 173.

Alguns dos antigos seringais ao redor de Rio Branco foram comprados pelo Governo Território Federal do Acre entre os anos de 1947 e 1950, para serem transformados em Colônias Agrícolas. O Plano de Colonização e loteamento de terras pretendia manter trabalhando na terra os ex-seringueiros que tivessem aptidão para as atividades agrícolas. Esses lotes eram cedidos para que fosse trabalhada a terra e produzidos víveres como mandioca, milho, arroz e feijão; e também produziam açúcar, mel, carvão, leite, carne, ovos e frutas²⁵. Esse foi um plano isolado e, apenas em parte, bem-sucedido.

Os colonos que se interessassem em produzir deveriam solicitar seus lotes apresentando um documento de identificação. Após preencher uma ficha onde fica registrado o seu nome e a composição de sua família, o colono deveria ele próprio marcar a “testada” da propriedade e os limites de maneira aproximada, conforme as picadas abertas na floresta. Nem o governo do território, nem os colonos tinham ideia dos reais limites das propriedades. Tanto na zona rural quanto na zona urbana não foram realizados demarcação ou loteamento de forma sistemática em forma técnica racional.

Na maioria das vezes, as próprias famílias eram as responsáveis pelas demarcações que, com o passar dos anos ocasionou litígios de terras por parte de vizinhos. Quanto à conceção da terra nesses assentamentos deve-se destacar a burocracia exaustiva e o apagamento de vários trabalhadores que habitavam as florestas do Acre.

Os indígenas, mesmo os aculturados que não tinha documento de identificação, não puderam acessar os lotes disponibilizados para assentamentos.

Os negros que trabalharam nos seringais, que viviam sem documentação, com o *crash* da borracha, não puderam acessar os assentamentos, os filhos de índios, de negros e os nascidos no meio da floresta que, muitas vezes nunca tinham se dirigido às cidades, muito menos tinham documentação, também não puderam participar dos projetos de assentamento.

Os fugitivos das secas do nordeste vindos para o Acre em busca de melhores condições de vida e que não tinham como se identificar seja porque o patrão seringalista reteve sua documentação quando de sua chegada ao Acre, seja porque não a tinham mesmo, também não puderam acessar os assentamentos.

²⁵ CEDEPLAR (UFMG). **Migrações Internas na Região Norte: o caso do Acre**. Belo Horizonte. 1979. v. I. p. 54.

Assim, foram assentados, somente aqueles que “tiveram saldo” e seus documentos foram devolvidos pelos patrões seringalistas, aqueles que tiveram acesso a certidão de nascimento expedida por cartórios e/ou a certidão de batistério expedida pela Igreja, e, ainda, aqueles que, de algum modo, poderiam se identificar. Esses tinham o direito de se inscrever.

A burocracia para permanecer na terra e adquirir o título era ainda bem maior. De acordo com Guerra:

O título definitivo de posse das “terras agrícolas” só é concedido ao colono **depois de preenchida uma série de requisitos** como: a) residir com sua família no lote, ali trabalhando e dirigindo os trabalhos agrícolas e pastoris; b) não vender, hipotecar, trocar, transferir ou alienar de qualquer modo o lote, casa e benfeitorias, sem prévia autorização da administração e sem que liquide antes o débito contraído com o governo por quaisquer fornecimentos; c) conservar no mínimo a quarta parte da área total do lote em mata, ou proceder ao reflorestamento na mesma proporção, se já houver sido devastada; d) pagar Cr\$ 10,00 por hectare ou fração como preço do lote, ao receber o título definitivo; e) ocupar, no mínimo, dois hectares com seringueiras de plantio; f) apresentar, no fim do primeiro ano de ocupação, pelo menos, três hectares com culturas diversas, sem o que lhe será cassado o título provisório²⁶.

Os habitantes das florestas novamente ficaram de fora dos assentamentos oficiais do Território Federal do Acre, sejam eles nas zonas rurais ou nas zonas urbanas dos municípios. Também a expansão da cidade de Rio Branco que se deu para o norte da Avenida Ceará, onde atualmente se chama de Ipase, José Augusto, Bosque e adjacências foi separada para servidores públicos e pessoas que pudessem pagar pelos lotes que eram “gratuitos”, mas exigiam compensação pecuniária de Cr\$ 0,20 por metro quadrado para que o título de documentação fosse expedido.

2.3 A Colonização dirigida e os assentamentos do INCRA

A fase de “colonização dirigida”, ou terceira fase de colonização acreana, se deu no período em que o Acre havia recentemente se tornado Estado. Com o processo de discriminação das terras acreanas o Governo Federal tentava identificar as terras públicas e particulares, tentando frear a ação dos especuladores e “grileiros”, dando início aos processos de desapropriação de terras para fins de regulamentação fundiária.

²⁶ GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Acre**. Brasília: Senado Federal, 2004 [1955], p. 185-186.

Somente foi percebida a falta de regulamentação fundiária quando o Governo Federal iniciou o processo de modernização brasileira através dos projetos de integração nacional. Com esses mecanismos para atrair capital do Centro-Sul a terra tornou-se mercadoria de valor majorado. No início as terras vendidas tinham um preço muito mais acessíveis que em outros lugares do Brasil, contudo, com o passar dos anos, grande parte das terras foram utilizadas como mera reserva de valor para especulação imobiliária, permanecendo totalmente improdutivo.

Esses novos “donos das terras acreanas” começaram a realizar ao longo das rodovias uma colonização espontânea, ao mesmo tempo em que deflagravam uma série de problemas relacionados ao uso e à posse da terra. A terra ficou restrita a quem detinha muitos recursos financeiros. Eram poucos os que conseguiam deter a posse e o domínio das terras no Acre. Assim sendo, a situação jurídica das terras ficou duvidosa e sujeitas a fraudes, surgindo conflitos, não só pelo avanço da fronteira agrícola, mas também pelo estabelecimento da propriedade agropecuária, o que acabou por ocasionar “[...] os expedientes de grilagem, de apropriação de terras públicas, todas ocupadas por famílias seringueiras [sendo que] essas práticas irregulares tornaram a situação fundiária mais complexa e de difícil solução”²⁷.

Além da iniciativa governamental, vários loteamentos sem supervisão foram abertos às margens das rodovias que estavam sendo construídas. De acordo com Lima

Os desmatamentos foram tamanhos que de acordo com o Banco Mundial, entre 1975 e 1980, cerca de 5,4% das terras acreanas foram desmatadas.

Seguindo sempre o traçado das BRs 364 e 317 e da AC-40, a atividade de compra das terras se deu mais atuante nos municípios de Plácido de Castro, Senador Guimard, Boca do Acre, Rio Branco, Sena Madureira, Assis Brasil, Brasiléia e Xapuri.

Os seringueiros e os posseiros não faziam parte dos planos dos compradores dos seringais, antes eram vistos como ameaça à propriedade da terra. Assim foram expulsos índios, seringueiros e posseiros numa denominada “limpeza da área”, que contava com fazendeiros acompanhados de jagunços, advogados, pistoleiros, indo até a corroboração de policiais, oficiais de justiça, promotores e juízes, na defesa desses ditos “cidadãos honrados”, que tantas vezes, por suas atitudes, se confundiam com especuladores e grileiros²⁸.

²⁷ BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa de Reforma Agrária para o Desenvolvimento Sustentável do Acre**: Plano Regional de Reforma Agrária (2004-2007). Rio Branco, 2004, P. 25.

²⁸ LIMA, Reginâmio Bonifácio de. **Sobre Terras e Gentes**: o terceiro eixo ocupacional de Rio Branco (1971 – 1982). Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2020, p. 59.

As populações que moravam nas localidades por onde as rodovias iriam passar foram privados de suas terras, gerando conflitos entre os habitantes das localidades e os novos proprietários, conforme escreve Costa:

Os incentivos para a ocupação das áreas próximas às rodovias, com investimentos para compra de grandes extensões de terras a preços irrisórios, possibilitavam a especulação e grilagem, até mesmo a expulsão de posseiros, ocasionando uma série de conflitos sociais de luta pela terra, fato que contribuiu para a criação dos primeiros projetos de colonização oficial do Incra, a partir da década de 1970. Nesse contexto, além dos grandes investidores, veio também um grande número de camponeses com poucos recursos visando a melhores condições de vida; eles eram convencidos pelos “corretores de imóveis”, que formavam loteamentos particulares para comercialização das terras, as quais em muitos casos já tinham donos. Assim, apesar desses produtores não serem capitalistas, ficaram subordinados à dinâmica do capital quando venderam suas terras no Centro-Sul e ingressaram na Amazônia em busca de novas áreas, ficando à mercê dos especuladores de terras que, por sua vez, agiram de acordo com a lógica capitalista no processo de mercantilização da terra²⁹.

A chamada “Operação Amazônia” que tinha como objetivo reformular e transformar a economia regional, agravou ainda mais as condições de vida da população seus incentivos fiscais e financeiros por privilegiarem apenas os grandes grupos empresariais.

Os conflitos sociais surgidos entre os “novos proprietários rurais” (os migrantes do centro-sul) e os acreanos (seringueiros e extratores) ocorreu principalmente pela manutenção da floresta em pé. Enquanto um grupo queria derrubar as florestas para produção agrícola e pastoril, outro grupo desejava continuar coletando e extraído o sustento da floresta sem, necessariamente, derrubá-la.

Diante desses e de outros conflitos, no ano de 1974 foi criada a Coordenadoria Regional da Amazônia Ocidental (CR14), e, no ano seguinte, foi instalada a Delegacia Regional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), com o intuito de fundar e organizar a classe trabalhadora em associações e sindicatos objetivando pressionar o Estado para a resolução de problemas fundiários na região.

[...] os anos 70 teriam sido marcados pela adoção de uma estratégia de mobilização coletiva inovadora na luta de resistência pela posse da terra, os “empates”; nos anos 80, a formulação de uma proposta regionalizada de reforma agrária (RESEX) e a criação simultânea de uma organização mais abrangente do que o STR (CNS)

²⁹ COSTA, Bartolomeu Lima da. **Territorialidade camponesa: estratégias de reprodução e organização socioespacial**. Rio Branco: Edufac, 2019. P. 59-60.

teriam expressado uma tentativa de superar os limites fixados pelo Estado para resolução dos conflitos fundiários no estado. Nos anos 90, é a ausência de uma singularidade relevante em relação ao MSTR em nível nacional que o caracteriza. Ele consegue, por um lado, as estratégias da CONTAG para implantar o PADRS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e, por outro lado, aquelas mais ligadas aos interesses político-partidários no estado³⁰.

Os primeiros projetos de assentamento do Incra em terras acreanas também foram marcados por falta de uma política pública de desenvolvimento baseado nas particularidades locais, o que levou a uma reconcentração fundiária e deterioração desses processos.

Entre os anos de 1976 e 1985 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária utilizou o processo de desapropriação para a reforma agrária criando três modalidades de assentamento: o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD); o Projeto de Assentamento (PA); e o Projeto de Assentamento rápido (PAR). Nesses projetos eram assentadas prioritariamente as famílias oriundas do Centro-Sul do país.

Os PAD's, também denominados de Projetos de Colonização (PC) foram criados a partir da década de 1970 para assentamento de pequenos e médios agricultores em regime de propriedade familiar. Os PAD's Pedro Peixoto e Boa Esperança foram o marco inicial de colonização dirigida no Estado do Acre, trazendo principalmente migrantes do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Os PA's foram uma modalidade de assentamento que incentivava a prática de agricultura em áreas abertas. As unidades produtivas eram tituladas aos assentados que deveriam cultivar seus lotes para a produção.

Os PAR's objetivavam a regularização e ocupação de áreas tidas por devolutas que houberam sido arrecadadas na faixa de fronteira do Estado do Acre, através de uma inicial "Autorização de Ocupação" (AO), e, com o passar dos anos, essas terras foram demarcadas passando as famílias a obter o Título Definitivo Rural (TDR).

Os acima destacados foram os principais projetos desenvolvidos no Estado do Acre, outros tomaram forma a partir dos anos de 1990, como os Projetos de Assentamento Extrativistas (PAE's).

³⁰ PAULA, E. A.; SILVA, M. C. R. Poder local e ambientalismo na terra de Chico Mendes. In: **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belo Horizonte (MG), 2005, p. 316.

CONCLUSÃO

Com a modificação da dinâmica de utilização das terras, presentemente vistas como espaço de negócios, houve uma mudança na dinâmica dos espaços territorializados. Essa dinâmica se constituiu no processo de formação de uma significância que se atualizou com as formulações antrópicas na terra estabelecidas.

Uma série de problemas sociais, econômicos e ambientais surgiram a partir da utilização da terra: a configuração da sociedade acreana, das constituições econômicas e dos processos de exploração de recursos naturais também modificaram os espaços fundiários e a forma como as pessoas se relacionavam com a terra. Os fatores que territorializavam, como a terra em que se trabalhar e o ato de lavrar a terra, foram sendo modificados durante as últimas décadas do século XIX e as décadas iniciais do século XX.

Com o passar dos anos aumentaram os conflitos sociais pela posse da terra na Amazônia Sul-Occidental. Grande parte desses conflitos estão diretamente ligados a fatores produzidos por políticas públicas implementadas e pelas práticas defendidas por grupos distintos que queriam trabalhar a terra de maneira diversa da fomentada pelo Estado.

A marcha para o oeste incentivou ações que fizeram com que os antigos seringais dessem lugar a fazendas de gado e a projetos agrícolas. Por causa dos projetos de desenvolvimento implementados, houve várias disputas pela posse da terra. Houve um esforço dos Governos Federal e Estadual em fomentar a “ocupação” das terras amazônicas, através de políticas públicas de imigração e de incentivo a deslocamentos para essa região. Percebe-se, contudo, que, depois de assentar os colonos na terra, os Governos Federal e Estadual pouco fizeram para subsidiar a produção, dar acesso a água potável e energia elétrica, ou, ainda, abrir estradas e ramais que pudessem servir de escoadouro para a produção agrícola e pastoril que se ensejou produzir nessas terras.

Ao mesmo tempo, é perceptível que a maioria das cidades da Amazônia não executou políticas públicas para o fortalecimento de práticas agrícolas ou de incentivo a permanência dos habitantes nas florestas. Pelo contrário, as políticas públicas executadas de vendas de terras, grilagem e expropriação fundiária levaram dezenas de milhares de moradores ao êxodo. Não tendo para onde ir, muitos desses andantes se deslocaram para as periferias das cidades.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Heloíse Leandro dos Passos. **Estudo de tempo e rendimento da motosserra considerando fatores ergonômicos numa exploração florestal na Amazônia Central**. 2008. 105p. Dissertação (mestrado) – INPA/UFAM, Manaus, 2008.
- BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964 (dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências). Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em 29 de setembro de 2020.
- BRASIL. **Lei nº. 601**, de 18 de setembro de 1850 (Dispõe sobre as terras devolutas do Império). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em 22 abr. 2020.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa de Reforma Agrária para o Desenvolvimento Sustentável do Acre: Plano Regional de Reforma Agrária (2004-2007)**. Rio Branco, 2004.
- CEDEPLAR (UFMG). **Migrações Internas na Região Norte: o caso do Acre**. Belo Horizonte. 1979.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre prática e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente da. **“Comunicação Alternativa e Movimentos Sociais na Amazônia”**. Rio Branco (Acre): Editora Ufac, 2002.
- COSTA, Bartolomeu Lima da. **Territorialidade camponesa: estratégias de reprodução e organização socioespacial**. Rio Branco: Edufac, 2019.
- DUARTE, Alex S; COSTA, Bartolomeu, L; SUSSUARANA, Maria Francisca O. Uma abordagem preliminar sobre a questão agrária e o desenvolvimento sustentável no estado do Acre. In: **Uaquiri: a geografia e a Amazônia em questão**. Rio Branco: Revista da Geografia - Ufac, nº 7 e 8, ano 4 e 5, jul/dez de 2006: jan/jun de 2007.
- GARCIA JR., Afrânio. **O Sul - Caminho do roçado**. Brasília: Marco Zero-UnbCNPq-MCT, 1990.
- GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Acre**. Brasília: Senado Federal, 2004 [1955].
- LIMA, Reginâmio Bonifácio de. **Sobre Terras e Gentes: o terceiro eixo ocupacional de Rio Branco (1971 – 1982)**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2020.



MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. Terra Livre. São Paulo: ano 19, v. 2, n. 21. jul/dez 2003.

PAULA, E. A.; SILVA, M. C. R. Poder local e ambientalismo na terra de Chico Mendes. In: **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belo Horizonte (MG), 2005.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio Branco: Edufac, 2013.

PERROT, Michelle. **O excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SILVA, José Graziano da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX**. Presidente Prudente: Revista NERA, Ano 7, n. 4, janeiro/julho de 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana**. Presidente Prudente. Tese (doutorado em Geografia) FCT/Unesp. 2005.

Recebido em: 18/06/2021 / Aprovado em: 27/09/2021